

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.591.567 - RJ (2019/0285563-8)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : MARIANA FRANCA DE CARVALHO LINDENMAYER
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGRAVADO : SERGIO LUIZ PENNA LINDENMAYER
AGRAVADO : EVERARDO LUIZ PENNA LINDENMAYER
AGRAVADO : THAIS PENNA LINDENMAYER
AGRAVADO : REUVA FERREIRA PENNA LINDENMAYER
ADVOGADO : CARLOS ALBERTO LIMA DE ALMEIDA - RJ072704

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1042 do CPC/2015), interposto por **MARIANA FRANCA DE CARVALHO LINDENMAYER** contra a decisão de fls. 263/264, e-STJ, que não admitiu o processamento de recurso especial.

O apelo extremo manejado com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea “a”, da Constituição Federal, desafia acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 185, e- STJ):

DIREITO CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA. DOAÇÃO DE IMÓVEL. Ação anulatória, em que pretende a autora a declaração de nulidade da escritura de doação feita por seu genitor, retornando o bem doado ao monte, a fim de que seja partilhado de forma justa entre os herdeiros, em processo de inventário a ser aberto para tanto.

Precedente casamento do obituado com a primeira ré, sob o regime da comunhão universal de bens, de 1958 até 2003, momento em que se separaram de fato. Existência de acordo relativo à pensão alimentícia a prol do cônjuge virago e à venda do único imóvel do ex-casal, adquirido na constância do matrimônio. Venda efetuada no mês de fevereiro de 2003, com a partilha, por igual, do valor recebido.

Primeira demandada, que adquiriu outro imóvel, com sua filha, na proporção de 70% àquela e de 30% para esta última, no mês de setembro de 2003. Registro no cartório competente em que o obituado consta apenas na informação sobre o estado civil da ora primeira ré, não como proprietário. Outorga de procuração do falecido para sua ex-esposa no tocante a este imóvel, no mês de janeiro de 2004. Doação dos aludidos 70% do bem, em partes iguais, aos três filhos em comum do ex-casal, no mês de outubro de 2007.

Escritura declaratória de união estável entre a genitora da demandante e o falecido datada de 02/02/2010. Óbito ocorrido após cerca de um mês. Alteração no Registro Civil da autora, a fim de fazer constar o nome do falecido como o de seu pai, efetuada igualmente no ano de 2010.

Pretensão de anulação da doação, sob o fundamento de alegado prejuízo na qualidade de herdeira necessária. Ato de doação praticado com a observância dos requisitos necessários à validade do negócio jurídico. Ausência de qualquer das circunstâncias para sua invalidade previstas nos

artigos 138 a 184, todos do Código Civil.

Manutenção da sentença de improcedência. Desprovimento do recurso.

Opostos embargos de declaração (fls. 198/200, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 219/224, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 236/249, e-STJ), a insurgente apontou negativa de prestação jurisdicional, violação aos artigos, 1022, incisos I e II e artigo 489, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, porquanto a Corte Estadual teria deixado de se manifestar de forma direta e expressa acerca da falsidade da assinatura do *de cujus*. Alegou, também, que ocorreu violação ao artigo 166, inciso II e 549 c/c 1.857, § 1º, do Código Civil, sob o argumento de que a assinatura constante na escritura de doação era falsa, o que leva, consequentemente à nulidade do negócio jurídico.

Contrarrazões às fls. 254/261, e-STJ.

Em juízo provisório de admissibilidade (fls. 263/264, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial pela incidência da Súmula 7/STJ.

Contraminuta às fls. 290/297, e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Inicialmente, a apontada violação aos artigos 1022, incisos I e II e artigo 489, § 1º do Código de Processo Civil de 2015 não se configura, haja vista o Tribunal estadual ter dirimido clara e integralmente a respeito da assinatura constante no documento, porém em sentido contrário ao pretendido pela parte recorrente. Assim constou do acórdão (fls. 192/193, e-STJ):

Ressalte-se a procuração outorgada por Ernani em favor de Reuva aos 19/01/2004, com poderes relativos ao imóvel constituído pelo apartamento 604, da rua Mariz e Barros nº. 21, a par de a assinatura do obituado constante no instrumento ser idêntica àquela de sua carteira de identidade, acostada a fl. 19.

Após a oposição de embargos de declaração, a Corte estadual ainda complementou (fl. 222, e-STJ):

Releva notar que inexistente a omissão alegada pela embargante, vez que tal como salientado no acórdão embargado, não restou comprovada a existência de fraude no ato de doação do imóvel constituído pelo apartamento 604, da rua Mariz e Barros nº. 21, Icaraí, Niterói. Isto porque, a referida doação respeitou os requisitos necessários à validade do negócio jurídico, na forma do artigo 104 e seguintes, do Código Civil, ausente qualquer das circunstâncias para sua invalidade, nos termos dos artigos 138 a 184, todos do mesmo Codex.

Assim, tendo o *decisum* embargado decidido de modo claro, fundamentado e sem contradição, apenas contrário a interesse da parte, não há de se falar em vício passível de correção por meio de embargos de declaração, mas sim pretensão meramente infringente,

razão pela qual se impõe a sua rejeição.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE BENEFÍCIOS DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1022 DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS E A INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de revisão de benefícios de suplementação de aposentadoria.
2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.
4. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
5. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado - quando suficiente para a manutenção de suas conclusões - impede a apreciação do recurso especial.
6. O reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial são inadmissíveis.
7. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1378870/SE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/07/2019, DJe 02/08/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU EM PARTE DO RECLAMO PARA, NA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDANTE.

1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide, de modo que, ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa aos artigos 489 e 1.022 do CPC/15
2. No tocante à majoração da verba indenizatória, incide o óbice da Súmula 7/STJ.
3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1780519/RO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 28/06/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. OMISSÃO NO ACÓRDÃO DE ORIGEM. ARTIGOS 489 E 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE. VALOR DANO MORAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N.

7/STJ. NÃO PROVIMENTO. 1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, obscuridades ou contradições, deve ser afastada a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, I e II, do Código de Processo Civil. 2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1774091/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019)

2. No que tange à suposta violação ao artigo 166, inciso II e 549 c/c 1.857, § 1º, do Código Civil, a recorrente asseverou que a assinatura constante na escritura de doação era falsa, o que leva, consequentemente à nulidade do negócio jurídico.

No entanto, o tribunal de origem concluiu pela validade da doação. Veja-se excerto do acórdão (fls. 189/190, e-STJ):

Releva salientar que o ato de doar é contrato no qual uma pessoa, por liberalidade, transfere bens ou vantagens de seu patrimônio, para o de outra, que os aceita, consoante dispõe o artigo 538, do Código Civil em vigor.

Como todo negócio jurídico, a doação é nula por falta dos pressupostos legais essenciais, e é anulável por defeito de vontade, ou por defeito social. Atualmente, a lei se refere às causas específicas, que são a ingratidão do donatário e o descumprimento de encargo, ambas não ocorridas na espécie.

Frise-se que o ato igualmente respeitou os requisitos necessários à validade do negócio jurídico, na forma do artigo 104 e seguintes, do Código Civil, ausente qualquer das circunstâncias para sua invalidade, nos termos dos artigos 138 a 184, todos do mesmo Codex.

Acresce consignar que o conjunto probatório conduz à conclusão de que o obituado sequer considerava-se proprietário do bem, observado o desinteresse do ex-casal em formalizar sua separação de fato, por separação judicial ou por divórcio, assim como a outorga de procuração do falecido à sua ex-esposa no tocante ao imóvel por ela adquirido, em conjunto com a filha em comum e após a separação de fato, além da celebração de acordo quanto à pensão alimentícia e venda do bem adquirido na constância do casamento.

Sendo assim, para acolhimento do apelo extremo no sentido pretendido pelo recorrente, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática e das cláusulas contratuais, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DOS DEMANDANTES.

1. A revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pela parte recorrente exigiria derruir a convicção formada na instância ordinária sobre a inexistência de fraude na contratação do empréstimo, bem

como acerca da ausência de nulidade ou irregularidade no procedimento adotado pela instituição financeira recorrida, medida vedada pela via do recurso especial. Incidência da Súmula 7 do STJ.

1.1. No caso concreto, inaplicável a tese fixada no Tema 466 do STJ, pois consignado expressamente pelo Tribunal de origem a ocorrência da contratação do mútuo, não derivando desse qualquer ato fraudulento.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1490501/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 30/09/2019, DJe 07/10/2019; grifou-se)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. RECONSIDERAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PARCERIA E/OU SOCIEDADE EM CURSO PRÉ-VESTIBULAR. EXTINÇÃO. TERMO DE QUITAÇÃO COM RENÚNCIA EXPRESSA A QUALQUER DIREITO. AUSÊNCIA DE DOLO, FRAUDE, COAÇÃO OU OUTRO VÍCIO NO PACTO CELEBRADO. CONCORRÊNCIA DESLEAL NÃO DEMONSTRADA. DEVER DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. Não configura ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 o fato de o col. Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte recorrente, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.

2. A ausência de argumentação que evidencie a ofensa torna patente a falha de fundamentação do apelo especial, circunstância que atrai a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

3. No caso, o Tribunal de origem concluiu pela inexistência de danos materiais ou morais a serem indenizados, em relação à parceria e/ou sociedade em Curso Pré-Vestibular, extinta por termo assinado pelos litigantes, no qual as partes, reciprocamente, reconheceram não haver débitos em relação à parceria e/ou sociedade, dando plena e irrevogável quitação para nada mais reclamarem em juízo ou fora dele, a que título for, renunciando expressamente a todo e qualquer direito. Segundo o Tribunal a quo, não se produziu nenhuma prova da existência de dolo, fraude, coação ou qualquer vício que pudesse conduzir à anulação do pacto celebrado, bem como não foi demonstrada a aludida prática de concorrência desleal.

4. A reforma do julgado demandaria, necessariamente, o reexame do suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável no âmbito estreito do recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

5. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, em novo exame, conhecer do agravo para negar provimento ao recurso especial.

(AgInt no AREsp 1336947/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 28/06/2019; grifou-se)

3. Demais disso, da leitura do acórdão recorrido, extrai-se que a Corte Estadual concluiu que *“o obituado sequer considerava-se proprietário do bem, observado o desinteresse do ex-casal em formalizar sua separação de fato, por separação judicial*

ou por divórcio, assim como a outorga de procuração do falecido à sua ex-esposa no tocante ao imóvel por ela adquirido, em conjunto com a filha em comum e após a separação de fato, além da celebração de acordo quanto à pensão alimentícia e venda do bem adquirido na constância do casamento” (fl. 189/190, e-STJ)

Ocorre tal fundamento não foram devidamente impugnado. Assim, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter o acórdão recorrido, atrai a incidência do teor da Súmula 283/STF. Precedentes:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ANULAÇÃO DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL. AÇÃO DE IMISSÃO NA POSSE APENSADA. JULGAMENTO CONJUNTO. PEDIDO DE IMISSÃO ACOLHIDO. FIXAÇÃO DE TAXA DE OCUPAÇÃO MENSAL. DÍVIDA. DEVEDORA-FIDUCIANTE. PLEITO ANULATÓRIO JULGADO IMPROCEDENTE. NULIDADE DO LEILÃO EXTRAJUDICIAL. AUSÊNCIA DE PROVA DA ALEGAÇÃO. PROPRIEDADE CONSOLIDADA NO CREDOR-FIDUCIÁRIO. VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL. DEFICIÊNCIA NA ARGUMENTAÇÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. APLICAÇÃO ANALÓGICA. REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO E PROBATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA.

1. "O Código de Processo Civil/2015 avançou ao delimitar o tema, prevendo, em seu artigo 272, que, quando não realizadas por meio eletrônico, consideram-se feitas as intimações pela publicação dos atos no órgão oficial"(AgInt no AREsp 1330052/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/03/2019, DJe 29/04/2019).

2. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF. Aplicação analógica.

3. Na espécie, não houve a demonstração clara e precisa dos motivos pelos quais o acórdão recorrido teria vulnerado o dispositivo apontado no apelo extremo, incidindo a Súmula nº 284/STF. Aplicação analógica.

4. O exame da pretensão recursal exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo v. acórdão, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.

5. Agravo interno provido para afastar a intempestividade e negar provimento agravo em recurso especial por outros fundamentos.

(AgInt no AREsp 1380816/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 10/10/2019, DJe 15/10/2019; grifou-se)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. PLANO COLETIVO DE SAÚDE. MAJORAÇÃO ANUAL DA MENSALIDADE. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO DE INSUMOS E SERVIÇOS. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA Nº 283 DO STF. REAJUSTE EM VIRTUDE DA ALTA SINISTRALIDADE. FUNDAMENTOS RECURSAIS DISSOCIADOS DO ARESTO

COMBATIDO. SÚMULA Nº 284 DO STF. AUSÊNCIA DE PROVA QUE JUSTIFICASSE O AUMENTO. REVISÃO VEDADA NA VIA ESPECIAL. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 5 E 7, AMBAS DO STJ. DECISÃO MANTIDA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Agravo interno interposto contra decisão publicada na vigência do novo Código de Processo Civil, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. A subsistência de fundamentos inatacados impede a admissão da pretensão recursal, a teor do entendimento da Súmula nº 283 do STF, e a dissociação das razões recursais daquilo que ficou decidido pelo eg. Tribunal de origem obstaculiza a análise do objeto recursal, a teor da Súmula nº 284 do STF.

3. Qualquer outra apreciação acerca da ilegalidade do aumento da mensalidade do plano de saúde por sinistralidade, da forma como trazida no recurso especial, implicaria o necessário revolvimento do arcabouço fático-probatório, procedimento sabidamente aqui inviável diante do óbice das Súmulas nºs 5 e 7, ambas do STJ.

4. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicação do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

5. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no REsp 1708718/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 30/09/2019, DJe 03/10/2019; grifou-se)

4. Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nega-se provimento ao reclamo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator